

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Atarde

Class.: 1155

Data: 11/02/89

Pg.: _____

Governo indeniza quem invade a terra indígena

Brasília e Aracaju (AE, AG e Radiobrás)
— A indenização de benfeitorias edificadas em áreas indígenas, instituída pelo Artigo 231 da Constituição, já está regulamentada. Desde ontem, as pessoas que ocuparam de "boa-fé" as terras dos índios e construíram ali seu patrimônio terão direito à indenização. O governo só pagará as benfeitorias, pois a terra é de propriedade da União.

Até antes da promulgação da nova Constituição, a indenização de benfeitorias só era paga em casos de conflito entre índios e posseiros. A nova Carta criou o direito à indenização, mas só depois de constatada, através de sindicância, que o ocupante agiu de boa-fé.

"Apenas 10% do total de áreas indígenas do País não possuem problemas fundiários" — afirma o chefe da Divisão Fundiária da Fundação Nacional do Índio, José Jayme Mancin. Com a indenização de benfeitorias, Mancin acredita que será possível amenizar os conflitos nas terras indígenas. O preço da indenização é a média das tabelas de financiamentos praticadas por órgãos governamentais para o custeio agrícola.

Segundo a portaria da Funai, que regulamentou a indenização, o pedido será indeferido quando ficar clara a existência de "ma-fé" do ocupante, ao tomar posse das terras dos índios com violência, clandestinamente e, mesmo sabendo que a área é dos índios, entre outros.

USINEIROS DEVASTAM

Os quatro índios potiguaras da aldeia Jacaré de São Domingos, município do Rio Tinto (PB), saíram ontem da Funai satisfeitos: após quase um mês em Brasília conseguiram do procurador-geral da instituição, a promessa de impedir que os usineiros devastem o seu território. "Vou determinar à administração regional da Funai em João Pessoa que entre com uma ação judicial contra os usineiros", disse Ovídio Martins de Araújo ao cacique Domingos e outros três índios, que contrairam catapora na viagem da Paraíba a Brasília.

O advogado mais experiente da Funai, Geraldo Wilhans Filho, cuidará do caso dos índios contra os usineiros, que já desmataram, segundo os próprios índios, mais de 1.000 dos 4.000 hectares da área da aldeia. Os índios também pediram a demarcação de suas terras, que num documento da época do Império, datado de

1867, previa a extensão de 28.000 hectares para a aldeia Jacaré de São Domingos, mas o presidente da Funai avisou que a demarcação é mais demorada. "Depende do grupo interministerial decidir que o caso dos potiguaras é prioritário", disse.

CONFRONTO

Armadas de foices, gadanhos, enxadas e facões, além de velhas espingardas e pedaços de pau, as 800 famílias que ocuparam no início da semana a fazenda Cujara, no município de Pacatuba, a 116 quilômetros de Aracaju, decidiram ontem, em assembleia, se confrontar com a Polícia, se for preciso, para se manterem na área de três mil hectares.

O camponês José Guido, um dos líderes da ocupação, afirmou que de nada valerão as tentativas do fazendeiro José Augusto Santos — que se diz dono da fazenda — para expulsá-los. "Não adianta mandar para o acampamento tropas policiais pensando que vai nos intimidar, porque se fomos tratados com violência, responderemos de igual modo", avisou.

Sem sucesso, os camponeses tentam há três dias um diálogo direto com o governador Antônio Carlos Valadares, e com o chefe do escritório do Mirad em Sergipe, Manoel Hora. Eles querem que a área seja imediatamente desapropriada para fins de reforma agrária, com o que não concorda o fazendeiro José Augusto Santos, que a considera produtiva.

A Associação dos Criadores denuncia que outras fazendas estão listadas para serem ocupadas sob a orientação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Igreja.

GARIMPEIROS

O ministro do Interior, João Alves, enviou ontem, ao seu colega da Justiça, Oscar Correa, ofício solicitando a atuação desta Pasta para a retirada de cerca de 300 garimpeiros que estão instalados na reserva indígena Yanomani, no Parque Nacional do Pico da Neblina, em Roraima. A informação, do próprio ministro, ainda dá conta de que João Alves deverá solicitar a Oscar Correa o apoio dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica para a retirada dos garimpeiros, que estão instalados na região desde dezembro do ano passado.